

Saldo melhora 1 231 milhões de euros até setembro

A execução orçamental em contabilidade pública das Administrações Públicas (AP) até setembro registou um saldo de 2 542 ME, no momento anterior ao pagamento do subsídio de natal dos funcionários públicos e pensionistas. Esta evolução reflete uma melhoria de 1 231 ME face a 2018, em resultado de um crescimento da receita de 4,8% e da despesa de 2,9%.

O valor do saldo orçamental em contabilidade pública é beneficiado por efeitos que não têm impacto no apuramento em contas nacionais e de operações com efeito negativo apenas em contas nacionais num valor total de 1734 ME.

Receita traduz o crescimento da atividade económica e do emprego

A receita fiscal cresceu 4,4%, com destaque para o aumento do IVA em 7,3%. Esta evolução positiva ocorre apesar da redução das taxas de vários impostos, tais como o IRS (aumento do número de escalões e do mínimo de subsistência), o IVA (diminuição da taxa de vários bens e serviços) e o ISP (redução da taxa aplicada à gasolina em 3 cêntimos). A forte dinâmica da receita é assim essencialmente justificada pelo bom desempenho da economia.

Do mesmo modo, o comportamento favorável do mercado de trabalho traduz-se na evolução da receita das contribuições para a Segurança Social, que atinge o valor mais elevado dos últimos anos, crescendo 8,7% até setembro.

Crescimento da despesa pública explicado pelo aumento da despesa com a saúde e com prestações sociais

A despesa primária cresceu 4,2%, influenciada pelo crescimento record da despesa do SNS em 6,4%, atingindo máximos históricos.

A despesa com salários aumentou 4,6%, refletindo o descongelamento faseado das carreiras entre 2018 e 2020, destacando-se o crescimento expressivo na despesa com professores (3,5%) e médicos e enfermeiros (6,8%).

A despesa com pensões da Segurança Social cresceu 5,4%, refletindo o facto de a generalidade dos pensionistas ter aumentos nas pensões e de a grande maioria ter aumentos superiores à inflação pelo segundo ano consecutivo, o que acontece pela



primeira vez na última década. Acresce ainda o impacto do aumento extraordinário dos dois aumentos extraordinários de pensões ocorridos em 2018 e 2019.

A evolução da despesa é também explicada pelo crescimento das prestações sociais (4,7%), em particular o forte aumento da despesa que resultou de medidas de melhoria das prestações sociais como o Abono de Família (10,1%), e a Prestação Social para a Inclusão (27,8%).

Merece ainda referência o significativo crescimento do investimento público na Administração Central de 16%, excluindo PPP. Destaca-se o investimento no sector dos transportes, sobretudo na CP (33%) e Infraestruturas de Portugal (11%).

Pagamentos em atraso diminuem 240 ME, principalmente nos hospitais públicos com uma redução de 207 ME

Os pagamentos em atraso reduziram-se acentuadamente em 240 ME face a igual período do ano anterior, explicado em grande medida pela diminuição de 207 ME nos Hospitais E.P.E.

Lisboa, 25 de outubro de 2019

Mónica Paredes

Miguel Correia Pinto

Assessoria de Imprensa

Gabinete do Ministro das Finanças
Av. Infante D. Henrique, 1
1149-009 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 881 68 61 / + 351 21 881 69 37

FAX + 351 21 881 68 19
www.portugal.gov.pt